



Junta de Freguesia de  
**São Vicente**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – 2018**

## ÍNDICE

<b>SÍNTESE</b> .....	2
I – INTRODUÇÃO.....	4
<b>II – EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS</b> .....	6
II.1 – EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL DESENVOLVIDA PELA AUTARQUIA.....	6
II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	8
A – <i>DESPESA</i> .....	8
B – <i>RECEITA</i> .....	12
II.3 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	12
II.4 – DESCRIÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	13
<b>III - EVOLUÇÃO DO ENVIDAMENTO</b> .....	16
<b>IV – BALANÇO SOCIAL</b> .....	16
INTRODUÇÃO.....	16
<b>V - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b> .....	17
<b>VI – CONCLUSÃO</b> .....	
<b>VII – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b> .....	20
<b>SÍNTESE</b>	

### 1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos da alínea da alínea e) do nº 1, do art.º 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o Executivo aprove os Documentos de Prestação de Contas (DPC) do Ano de 2018, cabendo à Assembleia de Freguesia a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Os DPC (Documentos de Prestação de Contas) foram elaborados em cumprimento das instruções nº1/2001, aprovado pela Resolução nº 4/2001, 2ª Secção, de 12 de julho, (publicada no “Diário da República” nº 191, de 18 de agosto de 2001, 2ª Série), com a alteração introduzida pela Resolução n.º 6/2013, 2.ª Secção de 14 de novembro, publicada no “Diário da República” 2.ª Série n.º 226 de 21 de novembro, (com indicação Resolução n.º 26/2013.

Os DPC obedecem a modelos uniformes apresentados ao longo dos pontos 7 e 8 do POCAL e em Instruções emanadas do Tribunal de Contas, (Resolução Nº 7/2018, 2ª Secção), (Publicada no “Diário da República” 2ª série - nº 6 de 9 de janeiro de 2019.

## DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

N.º / DESIGNAÇÃO / CÓDIGO POCAL / GRUPO 1

- 1 · Balanço 5 **X**
- 2 · Demonstração de resultados 6 **X**
- 3 · Plano plurianual de investimentos 7.1 **X**
- 4 · Orçamento (Resumo) 7.2 **X**
- 5 · Orçamento 7.2 **X**
- 6 · Controlo orçamental da despesa 7.3.1 **X**
- 7 · Controlo orçamental da receita 7.3.2 **X**
- 8 · Execução do Plano Plurianual de Investimentos 7.4 **X**
- 9 · Fluxos de caixa 7.5 **X**
- 10 · Contas de ordem 7.5 **X**
- 11 · Operações de tesouraria 7.6 **X**
- 12 · Caracterização da entidade 8.1 **X**
- 13 · Notas ao balanço e à demonstração de resultados 8.2 **X**
- 14 · Modificações do orçamento - receita 8.3.1.1 **X**
- 15 · Modificações do orçamento - despesa 8.3.1.2 **X**
- 16 · Modificações ao Plano plurianual de investimentos 8.3.2 **X**
- 17 · Contratação administrativa - Situação dos contratos 8.3.3
- 18 · Transferências correntes - despesa 8.3.4.1
- 19 · Transferências de capital - despesa 8.3.4.2
- 20 · Subsídios concedidos 8.3.4.3 **X**
- 21 · Transferências correntes - receita 8.3.4.4 **X**
- 22 · Transferências de capital - receita 8.3.4.5 **X**
- 23 · Subsídios obtidos 8.3.4.6
- 24 · Ativos de rendimento fixo 8.3.5.1
- 25 · Ativos de rendimento variável 8.3.5.2
- 26 · Empréstimos 8.3.6.1
- 27 · Outras dívidas a terceiros 8.3.6.2
- 28 · Relatório de gestão 13 **X**
- 29 · Guia de remessa **X**
- 30 · Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta **X**

- 31 · Norma de controlo interno e suas alterações 2.9 X
- 32 · Resumo Diário de Tesouraria 12.2.9 X
- 33 · Síntese das reconciliações bancárias X
- 34 · Mapa de Fundos de Maneio
- 35 · Relação de emolumentos e custas de execuções notariais Fiscais
- 36 · Relação de acumulação de funções
- 37 · Relação nominal de responsáveis X

A partir de 2011, a Prestação de Contas por Via Eletrónica tornou-se obrigatória nos termos da resolução nº 27/2009 publicada no Diário da República, 2ª Série – Nº 240 de 14 de dezembro de 2009 (Resolução nº 2/09 – 2ª S – Prestação de Contas por Via Eletrónica).

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), apresenta-se o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2018, que constitui um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001, aprovado pela Resolução n.º 4/2001, 2.ª Secção, de 12 de julho, (publicada no "Diário da República" n.º 191, de 18 de agosto de 2001, 2.ª Série), com a alteração introduzida pela Resolução n.º 6/2013, 2.ª Secção de 14 de novembro, (publicada no "Diário da República" n.º 226, de 21 de novembro, 2.ª Série), (com a indicação Resolução n.º 26/2013).

## I – INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão são os principais documentos políticos e técnicos que sintetizam e descrevem a atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia de São Vicente no ano de 2018.

No final de cada ano económico cabe ao órgão executivo apresentar e demonstrar os resultados da sua gestão, através da prestação de contas nos termos da alínea e) do nº 1, do art.º 16º da Lei nº 75/2013, de 3 de setembro e, ainda submetê-la à apreciação e votação da Assembleia de Freguesia nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

A Junta de Freguesia assentou a sua gestão em princípios essenciais de rigor e disciplina financeira, tendo terminado o ano económico com um saldo de gerência, correspondendo a operações orçamentais de 1.571.688,69€. Resulta este valor, do apuramento do saldo de gerência do ano de 2017, no valor de 1.505.949,47€, mais as

receitas orçamentais no valor de 3.423.231,14€, deduzido das despesas orçamentais no valor de 3.357.491,92€. Situação idêntica verificou-se nas operações de Tesouraria cujo saldo passou de 21.422,27€ em 2017 para 23.894,35€ em 2018 correspondendo ao movimento de entradas no valor de 279.670,02€ e de saídas no valor de 277.197,94€.

Em relação ao quadro de investimento, o mesmo atingiu o montante executado (pago) de 390.160,19€, onde se destacam:

- Obras em instalações de serviços da autarquia e nas escolas no valor de 15.922,91€
- Equipamentos desportivos e no espaço público no valor de 4.966,64€;
- Remodelação e requalificação do espaço público no valor de 218.267,81€;
- Equipamento Básico no valor de 37.591,46€;
- Equipamento Administrativo, mobiliário e utensílios no valor de 113.411,37€;

O Relatório de Gestão enquadra-se no âmbito da prestação de contas relativa ao exercício de 2018 e foi elaborado de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei -162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei 315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei 84-A/2002 de 5 de abril, bem como outra legislação específica.

Este relatório compreende a análise da situação da Junta de Freguesia de São Vicente, relativamente ao exercício de 2018, nas vertentes orçamental e económico-financeira.

A metodologia utilizada passou pela elaboração de quadros, gráficos e rácios, a partir dos mapas da prestação de contas, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão da Freguesia. não apenas no ano de 2018, mas também a sua evolução face a anos anteriores, sempre que possível considerando um período de quatro anos.

As contas da Freguesia foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

## II – EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS



### II.1 - EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL DESENVOLVIDA PELA AUTARQUIA

O Orçamento de 2018 e as GOP's obtiveram aprovação, pelo Executivo da Junta de Freguesia de São Vicente em 21 de dezembro de 2017 e em 17 de janeiro de 2018, pela Assembleia de Freguesia. Durante a Gerência de 2018, procederam os serviços de contabilidade às seguintes modificações aos Documentos Previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano, que foram objeto de aprovação pelo Orgão Executivo:

- 6 Alterações Orçamentais;
- 2 Alterações ao PPI - Plano Plurianual de Investimentos;
- 7 Alterações ao PPA – Plano Plurianual de Ações;
- 1 Revisão Orçamental;
- 1 Revisões ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos;
- 1 Revisão ao PPA – Plano Plurianual de Ações.

<b>Resumo - Orçamento Inicial</b>			
<b>Receitas</b>	<b>Valor (€)</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor (€)</b>
Receitas Correntes	3.542.888,60	Despesas Correntes	3.045.146,80
Receitas Capital	281.521,20	Despesas Capital	779.263,00
Outras Receitas	10,00		
<b>Total</b>	<b>3.824.409,80</b>	<b>Total</b>	<b>3.824.409,80</b>

<b>Orçamento Inicial</b>			
<b>Receitas</b>	<b>Valor (€)</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor (€)</b>
Impostos Diretos	25.000,00	Despesas com Pessoal	1.884.172,00
Impostos Indiretos	20,00	Aquisição de Bens e Serviços	993.904,80
Taxas, Multas e Outras Penalidades	105.835,00	Juros e Outros Encargos	4.650,00
Rendimentos da Propriedade	2.000,00	Transferências Correntes	147.360,00
Transferências Correntes	2.864.613,60	Subsídios	0,00

Venda de Bens e Serviços Correntes	543.870,00	Outras Despesas Correntes	15.060,00
Outras Receitas Correntes	1.520,00		
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>3.542.858,60</b>	<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>3.045.146,80</b>
Venda de Bens de Investimento	20,00	Aquisição Bens Capital	779.263,00
Transferências de Capital	281.521,20		
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>3.824.399,80</b>	<b>Total Despesas Capital</b>	<b>779.263,00</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	<b>10,00</b>		
<b>Total</b>	<b>3.824.409,80</b>	<b>Total</b>	<b>3.824.409,80</b>

<b>Resumo - Orçamento Corrigido 1.ª Revisão</b>			
<b>Receitas</b>	<b>Valor (€)</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor (€)</b>
Receitas Correntes	3.606.197,05	Despesas Correntes	3.605.434,72
Receitas Capital	281.541,20	Despesas Capital	1.788.263,00
Outras Receitas	1.505.959,47		
<b>Total</b>	<b>5.393.697,72</b>	<b>Total</b>	<b>5.393.697,72</b>

<b>Orçamento corrigido – 1.ª Revisão</b>			
<b>Receitas</b>	<b>Valor (€)</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor (€)</b>
Impostos Diretos	25.000,00	Despesas com Pessoal	1.976.282,00
Impostos Indiretos	20,00	Aquisição de Bens e Serviços	1.417.582,72
Taxas, Multas e Outras Penalidades	105.835,00	Juros e Outros Encargos	8.150,00
Rendimentos da Propriedade	2.000,00	Transferências Correntes	176.260,00
Transferências Correntes	2.922.452,05	Outras Despesas Correntes	27.160,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	545.870,00		
Outras Receitas Correntes	5.020,00		
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>3.606.197,05</b>	<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>3.605.434,72</b>
Venda de Bens de Investimento	20,00	Aquisição Bens Capital	1.788.263,00
Transferências de Capital	281.521,20	Transferências de Capital	0,00
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>281.541,20</b>	<b>Total Despesas Capital</b>	<b>1.788.263,00</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00		
Outras Receitas - Saldo de Gerência	1.505.949,47		
<b>Total</b>	<b>5.393.697,72</b>	<b>Total</b>	<b>5.393.697,72</b>



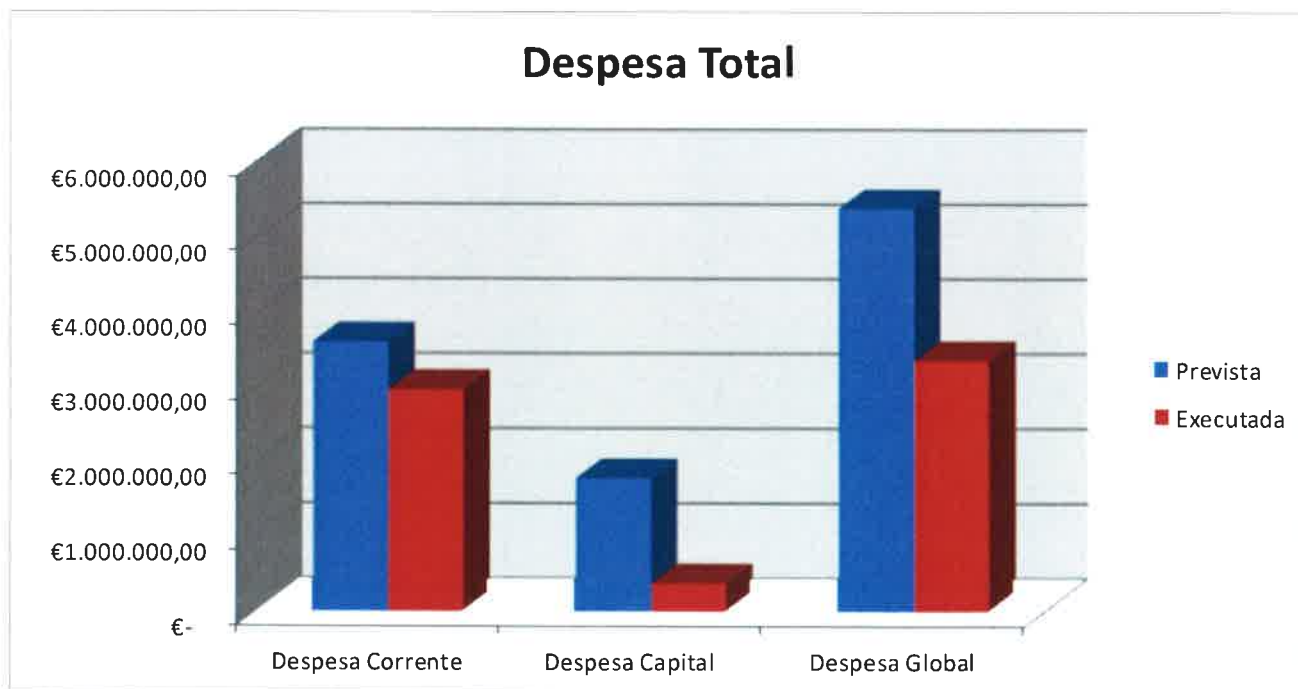
## II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### A – DESPESA

A execução orçamental da despesa do orçamento final, pode ser visualizada no seguinte quadro:

Despesa	Prevista (€)	Executada (€)	Grau Realização (%)	Desvio (%)
Despesa Corrente	3.605.434,72	2.967.331,73	82,30%	-17,70%
Despesa Capital	1.788.263,00	390.160,19	21,81%	-78,19%
Despesa Global	5.393.697,72	3.357.491,92	62,25%	-37,75%

Salienta-se que a taxa de execução da despesa, reporta-se a obrigações efetivamente pagas e não a despesa traduzida na totalidade das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).





## A.1 - Análise Estrutural da Despesa

### A.1.1 - Despesas Correntes

As Despesas com Pessoal foram objeto de acompanhamento mensal por parte da Direcção-Geral das Autarquias Locais, no âmbito dos deveres de informação previstos no artigo 50º da Lei das Finanças Locais. Assim, nos termos da legislação em vigor, constituem despesas com pessoal as despesas tipificadas na rubrica "01-Despesas com Pessoal" (pessoal CTFPTI, pessoal a termo resolutivo certo, pessoal em qualquer outra situação, titulares órgãos autárquicos, pessoal em regime de tarefa e avença...), mas inclui também a aquisição de serviços com pessoas singulares relevadas na classificação "02 – Aquisição de bens e serviços.

Unidade: Euros

<b>Despesas</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Despesas com o Pessoal	1.631.704,63	1.840.808,26	1.843.984,97	1.897.568,97
Aquisição de Bens e Serviços	800.874,05	924.340,81	1.048.168,13	940.245,95
Juros e Outros Encargos Financ.	18.707,62	1.461,32	8.141,90	1.027,32
Transferências Correntes	138.255,83	96.772,25	139.010,43	115.643,16
Outras Despesas Correntes	11.535,21	13.203,64	7.104,22	12.846,33
<b>TOTAL</b>	<b>2.601.077,34</b>	<b>2.876.586,28</b>	<b>3.046.409,65</b>	<b>2.967.331,73</b>

Da análise do presente quadro é possível verificar que o total das despesas correntes decresceu relativamente ao ano anterior, sendo visível uma redução da componente de Aquisição de Bens e Serviços e de Transferências Correntes.

Em 2018, a rubrica Despesas com Pessoal obteve um acréscimo de 2,91% face ao ano anterior, e a componente mais significativa foi com as Aquisição de Bens e Serviços e de Transferências Correntes, representando respetivamente, reduções de 10,30%, e 16,81% das despesas correntes.

### A.1.2 - Despesas de Capital

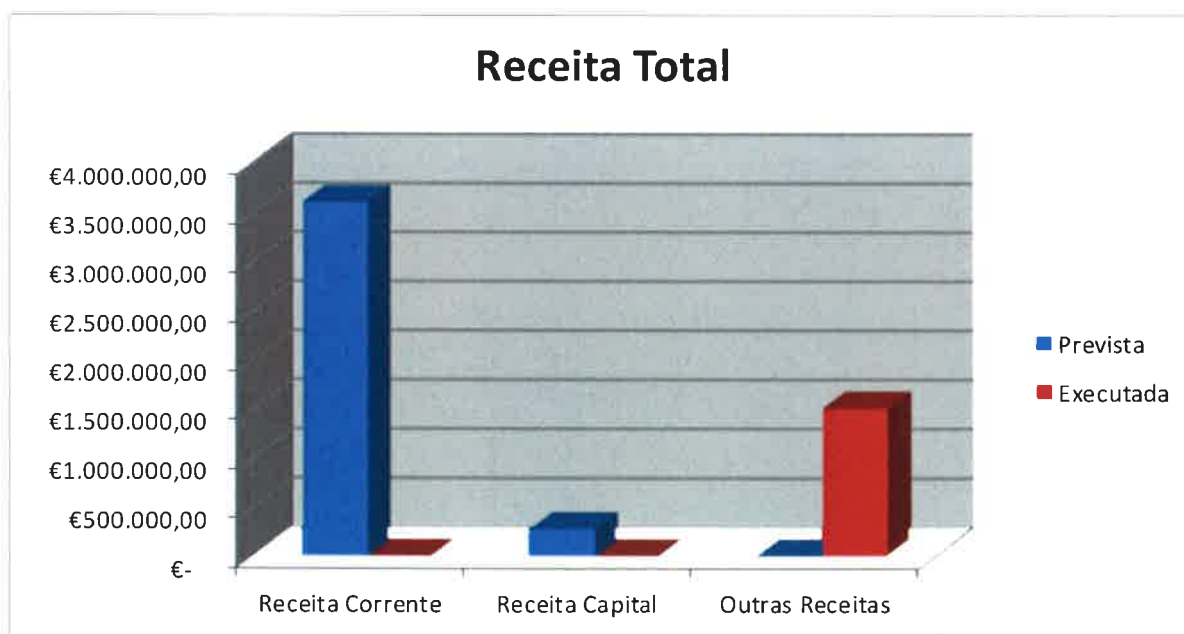
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Aquisição Bens de Capital	213.383,72	524.338,74	502.193,70	390.160,19
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>213.383,72</b>	<b>524.338,74</b>	<b>502.193,70</b>	<b>390.160,19</b>

B

## B – RECEITA

Em termos orçamentais, a execução da receita corrente cifrou-se em 92,77%, tendo a rubrica de capital atingido um grau de execução de 27,63%, como se pode verificar no quadro seguinte:

Receita	Prevista (€)	Executada (€)	Realização (%)	Desvio (%)
Receita Corrente	3.606.197,05	3.345.431,14	92,77%	7,23%
Receita Capital	281.541,20	77.800,00	27,63%	72,37%
Outras Receitas	1.505.959,47	1.505.949,47	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>5.393.697,72</b>	<b>4.929.180,61</b>	<b>91,39%</b>	<b>8,61%</b>



## B.1 - Análise Estrutural da Receita

### B.1.1 - Receitas Correntes

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2015	2016	2017	2018
Impostos Diretos	15.253,33	21.323,20	17.424,96	18.841,16
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	35.500,92	56.181,52	53.613,81	59.339,09
Rendimentos de Propriedade	2.625,82	355,21	480,58	0,00
Transferências Correntes	2.722.239,97	2.768.939,63	2.810.278,55	2.814.402,32
Venda Bens Serviços Correntes	259.373,26	342.438,98	395.862,51	433.644,49
Outras Receitas Correntes	3.301,91	2.324,28	3.488,90	19.204,08
Reposições não abatidas nos pag.	0,00	8.967,24	2.586,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.038.295,21</b>	<b>3.200.530,06</b>	<b>3.283.735,31</b>	<b>3.345.431,14</b>

Da análise do quadro supra, verifica-se que globalmente o nível de realização de receita corrente aumentou relativamente ao ano anterior, em parte justificadas principalmente pelo aumento das Transferências Correntes e Vendas de Bens e Serviços Correntes.

As componentes mais significativas da estrutura das receitas correntes provêm das Transferências Correntes que representam 84,13%, Venda de Bens e Serviços 12,96%.

### B.1.2 - Receita Capital

	2015	2016	2017	2018
Venda de Bens Investimento	0,00	950,00	0,00	0,00
Transferências de capital	112.000,00	476.587,23	103.699,02	77.800,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>112.000,00</b>	<b>477.537,23</b>	<b>103.699,02</b>	<b>77.800,00</b>

Por Delegação de Competências da C.M.L., verificou-se a descentralização de verbas, tendo em conta o Protocolo estabelecido. As receitas de capital assim constituídas tiveram como objetivo a realização de obras no espaço público e em edificações de utilização social.

## II.3 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

### A - Execução do PPI

Funções	Classificação Orgânica	Orçamentado	Executado	Taxa execução anual	Peso sobre total da execução
Gerais	01- Administração Autárquica	1.788.263,00	390.160,19	21,82%	78,18%
	Total	1.788.263,00	390.160,19	21,82%	78,18%

Como se verifica a taxa de execução global do PPI cifrou-se em 21,82%. A taxa de execução é dada pelo montante pago relativamente ao orçamentado.

### B - EXECUÇÃO DO PPA

Execução Anual das Atividades Mais Relevantes					
Funções	Classificação Orgânica	Orçamentado	Execução	Taxa Execução Anual	Peso sobre total da execução
Gerais	01- Administração Autárquica	193.540,00	173.273.76	89,53%	10,47%
Sociais	02 - Saúde Posto Médico	3.000,00	2.500.00	83,33%	16,67%
	03 – Intervenção Social – Sénior	94.000,00	54.874.74	58,38%	41,62%
	04 – Intervenção Social – Juventude e Infância	161.292,10	143.114.94	88,73%	11,27%
	06 - Educação	379.050,00	297.692.36	78,54%	21,46%
Gerais	07 - Comunicação e Imagem	50.625,00	20.579.64	40,65%	59,35%
Desporto	08 - Desporto	56.600,00	47.665.40	84,21%	15,79%
Meio Ambiente	09 – Ambiente Urbano	89.200,00	63.666.54	71,38%	28,62%
	10- Espaços Verdes	51.800,00	46.054.50	88,91%	11,09%
	11 – Espaço Público	33.450,00	21.243.91	63,51%	36,49%
	12 – Habitação e Reabilitação Urbana	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	13 – Atividades Económicas	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Culturais	14 - Cultura	245.160,00	188.746,16	76,99%	23,01%
	Total	<b>1.357.717,10</b>	<b>1.059.411,95</b>	<b>78,03%</b>	<b>21,97%</b>

## C - Classificação Orgânica das Despesas

Designação	Dotações Orçamentadas	Montante Executado	Grau Execução	Peso (%)
01- Administração Autárquica	2.540.746,80	1.065.500,68	41,93%	58,07%
02 - Saúde Posto Médico	84.730,00	64.137,35	75,70%	24,30%
03 – Intervenção Social – Sénior	172.455,00	117.653,63	68,22%	31,78%
04 – Intervenção Social – Juvent. e Infância	205.122,10	176.700,43	86,14%	13,86%
06 – Educação	555.330,00	431.479,28	77,70%	22,30%
07 - Comunicação e Imagem	120.960,00	70.224,90	58,06%	41,94%
08 – Desporto	480.585,00	433.791,59	90,26%	9,74%
09 – Ambiente Urbano	585.258,82	519.350,20	88,74%	11,26%
10- Espaços Verdes	113.080,00	89.304,16	78,97%	21,03%
11 – Espaço Público	230.410,00	174.599,38	75,78%	24,22%
12 – Habitação e Reabilit. Urbana	22.610,00	10.791,80	47,73%	52,27%
13 – Atividades Económicas	14.000,00	3.499,20	24,99%	75,01%
14 – Cultura	268.410,00	200.459,32	74,68%	25,32%
<b>TOTAL</b>	<b>5.393.697,72</b>	<b>3.357.491,92</b>	<b>62,25%</b>	<b>37,75%</b>

## II.4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Relatório de atividades referente ao ano de 2018

(Anexo à Conta de Gerência)

## III - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

O endividamento líquido da Freguesia, a 31-12-2018, dado pela diferença entre passivos financeiros e ativos financeiros, é o seguinte:

QUADRO 2	CONTAS	Saldo devedor final do ano	Saldo credor final do ano
	<b>1 DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.595.555,84</b>	<b>0,00</b>
	11 Caixa	330,90	0,00
	12 Depósitos em instituições financeiras	1.595.224,94	0,00
	13 e 14 (...)		
	15 Títulos negociáveis		

<b>18 Outras aplicações de tesouraria</b>		
<b>2 TERCEIROS</b>		
<b>21 Clientes, contribuintes e utentes</b>	<b>8.550,41</b>	
211 Clientes, c/c	8.550,41	
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c		
214 a 216 (...)		
217 Clientes e utentes c/ cauções		
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
<b>22 Fornecedores</b>		<b>939,01</b>
221 Fornecedores, c/c		939,01
222 a 227 (...)		
228 Fornecedores - Faturas em receção e conferência		
229 Adiantamentos a fornecedores		
<b>23 Empréstimos obtidos</b>		
231 Em moeda nacional		
2311 De curto prazo		
23111 Empréstimos bancários		
23112 a 23119 (...)		
2312 De médio e longo prazo		
23121 Empréstimos bancários		
23123 Outros empréstimos obtidos		
<b>24 Estado e outros entes públicos</b>	<b>0,00</b>	<b>23.345,55</b>
<b>25 Devedores e credores pela execução do orçamento</b>		
251 Devedores pela execução do orçamento		
252 Credores pela execução do orçamento		
<b>26 Outros devedores e credores</b>		<b>548,80</b>
261 Fornecedores de imobilizado		
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		
2618 Facturas em receção e conferência		
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
262 Pessoal	0,00	
263 Sindicatos	0,00	548,80
264 Administração autárquica		
2646 Freguesias		
267 Consultores, assessores e intermediários		
268 Devedores e credores diversos		0,00
269 Adiantamentos por conta de vendas		
<b>27 Acréscimos e diferimentos</b>	<b>294,88</b>	<b>251.522,08</b>

271 Acréscimos de proveitos	294,88	0,00
272 Custos diferidos		0,00
273 Acréscimos de custos		251.522,08
274 Proveitos diferidos		
2741 a 2744 (...)		
2749 Outros proveitos diferidos*		
<b>28 Empréstimos concedidos</b>		
<b>4 IMOBILIZAÇÕES</b>		
<b>41 Investimentos financeiros</b>		
411 Partes de capital		
412 Obrigações e títulos de participação		
413 (...)		
415 Outras aplicações financeiras		
<b>TOTAL</b>	<b>1.604.401,13</b>	<b>276.355,44</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>1.604.401,13</b>	<b>276.355,44</b>
<b>Endividamento Líquido da Autarquia</b>	<b>1.328.045,69</b>	

## B - Evolução do Endividamento Líquido da Autarquia

Nada a assinalar.

## C – Pagamentos em Atraso

A Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, regulado pelo Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho vem impor o rigor na assunção de despesas e compromissos aos dirigentes e responsáveis.

Assim, resulta da Lei, designadamente no artigo 7º, que “ a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso”.

Decorre ainda da lei que os responsáveis pela assunção de compromissos em desconformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei respondem pessoal e solidariamente perante os agentes económicos quanto aos danos por estes incorridos.

Daqui resultou, a necessidade de impor rigor na assunção de qualquer despesa, sob pena de incorrer em despesas ilegais e violação de lei, designadamente aumento de “pagamentos em atraso”.



Entende-se por Pagamento em Atraso "as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documento equivalente.

Excluem-se os pagamentos objeto de impugnação judicial até que sobre eles seja proferida decisão final e executória.

As entidades que violem o disposto no art.º 7º da presente lei:

- a) não podem beneficiar da utilização da previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes para efeitos de determinação dos fundos disponíveis definidos na alínea f) do art.º 3º ;
- b) apenas podem beneficiar da aplicação da exceção constante do nº 1 do artigo 4º mediante prévia autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças;

#### IV – BALANÇO SOCIAL

##### Introdução

O presente documento constitui o Balanço Social da Junta de Freguesia de São Vicente, com referência a 31 de dezembro de 2018. A estrutura e a numeração dos quadros do presente Balanço obedecem à que foi disponibilizada e solicitada pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

O Balanço Social aglutina um conjunto de informação que permite a observação da política de gestão dos recursos humanos de uma organização, mas também a forma como esta procurou alcançar os seus objetivos estratégicos.

O Balanço Social foi institucionalizado para os organismos autónomos da Administração Pública, através do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho. No entanto, foi o Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, que consagrou, como medida de modernização da Administração Pública, a obrigatoriedade de elaboração deste instrumento de planeamento estratégico para a generalidade dos serviços públicos, com 50 ou mais trabalhadores, o qual deve ser elaborado anualmente no primeiro trimestre, com referência a 31 de dezembro do ano imediatamente anterior.

Em 1992, o Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, tornou obrigatória a apresentação do balanço social, enquadrado na lei geral, pelos organismos autónomos da Administração Pública.



Nos serviços e organismos da administração central e regional o balanço social é levado ao conhecimento e apreciação do membro do Governo competente até 31 de março do ano seguinte àquele a que diz respeito. Atualmente, é enviado através de aplicação informática específica, isto é, através do SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais.

Sempre que possível, os serviços e organismos podem incluir no balanço social os indicadores, as taxas, os quadros e os gráficos que melhorem a sua qualidade informativa.

O balanço social deve ser divulgado por todos os trabalhadores do serviço ou organismo através da sua afixação nos locais de trabalho, por forma bem visível.

Nesta medida e uma vez que a Junta de Freguesia de São Vicente, tem um número de trabalhadores superior a 50, existe a obrigatoriedade de elaboração do mesmo.

## V - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### V.1 - COMPONENTE ECONÓMICA

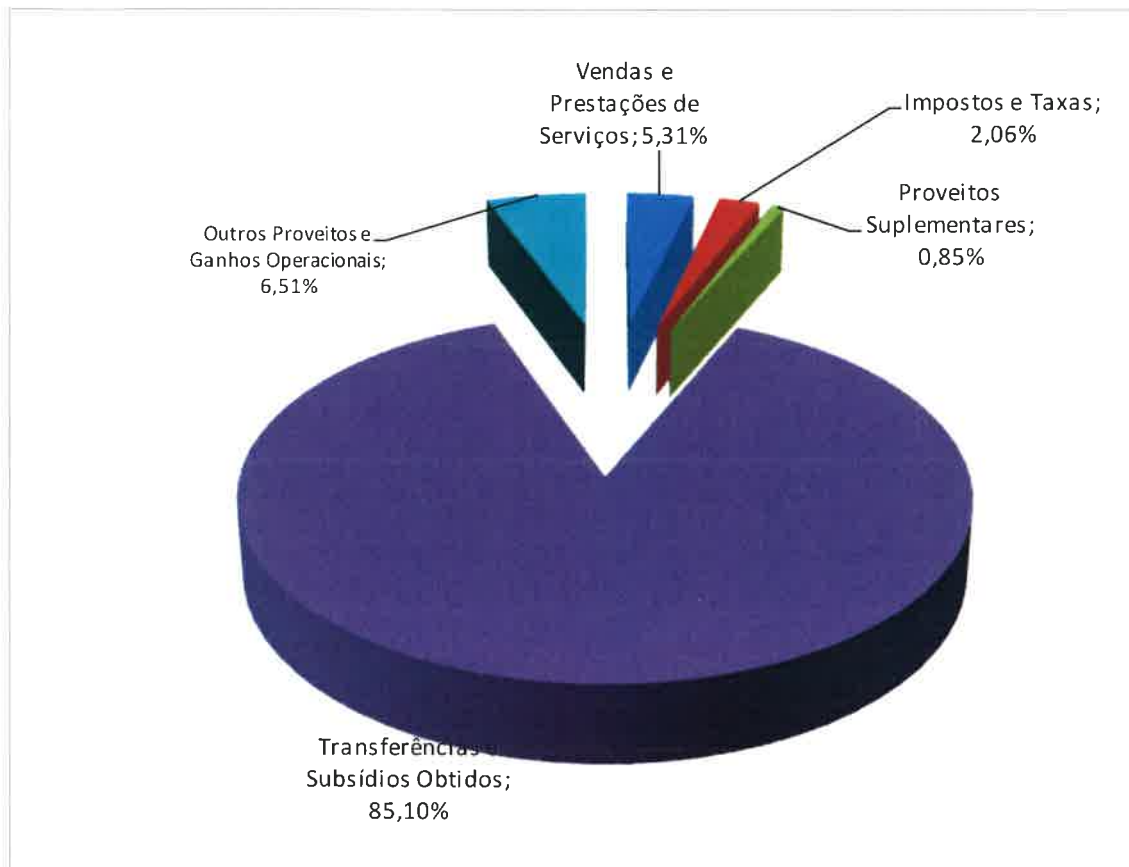
#### A – Proveitos

Em 2018 os Proveitos do Exercício totalizaram 3.386.247,52€, distribuídos pelas rubricas indicadas no quadro abaixo:

Anos	2015 (€)		2016 (€)		2017 (€)		2018 (€)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	101.344,72	1,11%	137.240,06	2,67%	178.114,78	4,09%	7.431,48	5,31%
Impostos e Taxas	51.121,62	0,94%	82.700,38	1,35%	69.229,16	2,46%	77.664,81	2,06%
Proveitos Suplementares	3.301,91	0,08%	25.563,57	0,09%	28.593,74	0,76%	33.590,15	0,85%
Transferências e Subsídios Obtidos	2.847.718,29	81,12%	3.273.428,90	75,12%	2.856.171,50	97,53%	2.830.237,29	85,10%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	159.494,37	3,29%	204.487,75	4,21%	218.560,68	6,09%	433.129,81	6,51%
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>3.162.980,91</b>	<b>87,61%</b>	<b>3.723.420,66</b>	<b>83,43%</b>	<b>3.350.669,86</b>	<b>110,94%</b>	<b>3.382.053,54</b>	<b>99,84%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.625,82	0,00%	355,21	0,07%	480,58	0,01%	0,00	0,01%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	0,00	0,00%	67.237,06	0,00%	5.032,05	2,00%	4.193,98	0,15%
<b>Total dos Proveitos</b>	<b>3.165.606,73</b>	<b>100</b>	<b>3.791.012,93</b>	<b>100</b>	<b>3.356.182,49</b>	<b>100</b>	<b>3.386.247,52</b>	<b>100</b>

Analisando a composição dos proveitos do ano 2018, verifica-se que as transferências e subsídios obtidos continuam a representar a grande parte dos proveitos, 85,10%, seguindo-se

outros proveitos e ganhos operacionais com 6,51%, vendas e prestações de serviços com 5,31%. impostos e taxas com 2,06%, e proveitos suplementares com 0,85%.



## B – Custos

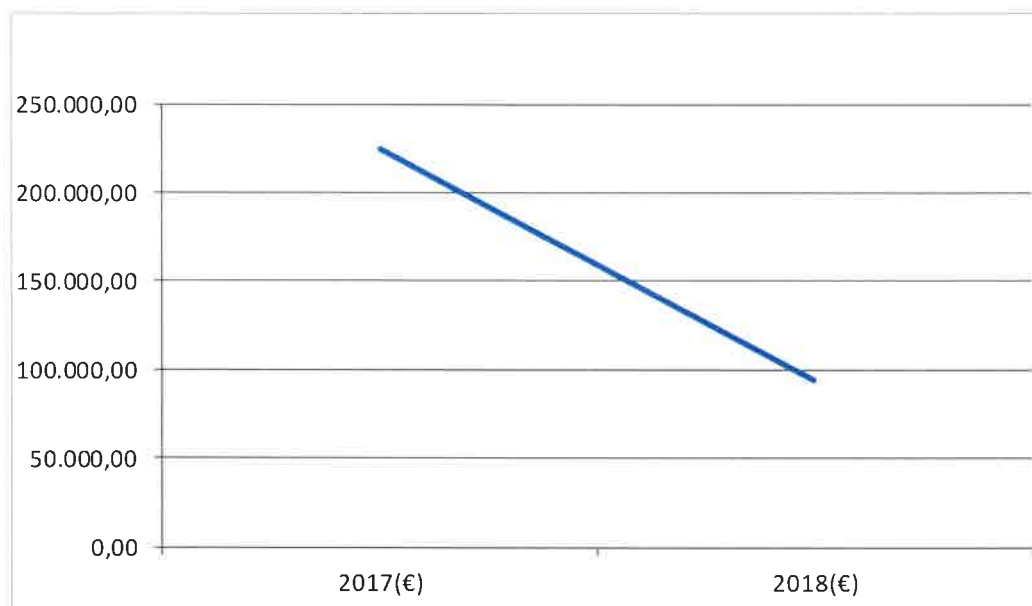
Anos	2015 (€)		2016 (€)		2017 (€)		2018 (€)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos mercadorias consumidas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	18971,25	0,00%	2.699,70	0,08%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.305.795,37	44,37%	1.630.409,83	52,1%	1.795.539,11	54,5%	1.743.530,53	53,0%
Custos com o Pessoal	1.153.246,52	48,38%	1.100.674,92	35,1%	1.081.208,38	32,8%	1.225.451,89	37,2%
Transf. Subs Corr Concedidos e Prest. Soc.	138.255,83	5,78%	96.772,25	3,1%	139.010,43	4,2%	115.643,16	3,5%
Amortizações do Exercício	46.742,89	1,33%	713.16,26	2,3%	85.587,95	2,6%	194.575,42	5,9%
Provisões do Exercício	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outros Custos e Perdas Operacionais	197,93	0,08%	1.177,19	0,0%	1.473,11	0,04%	1.229,23	0,04%
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>2.645.238,54</b>	<b>99,94%</b>	<b>2.900.350,45</b>	<b>92,6%</b>	<b>3.121.790,23</b>	<b>99,7%</b>	<b>3.283.129,93</b>	<b>99,7%</b>
Custos e Perdas Financeiros	18.614,02	0,06%	5.894,54	0,2%	4.526,30	0,1%	8.563,21	0,3%
Custos e Perdas Extraordinários	0,00	0,0%	66.273,29	2,1%	5.111,02	0,2%	0,00	0,0%
<b>Total dos Custos</b>	<b>2.663.852,56</b>	<b>100</b>	<b>2.972.518,28</b>	<b>100</b>	<b>3.131.427,55</b>	<b>100</b>	<b>3.291.693,14</b>	<b>100</b>

## C – Resultados

Anos	2015(€)	2016(€)	2017(€)	2018(€)
Resultados Operacionais (a)	517.742,37	823.070,21	228.879,63	98.923,61
Resultados Financeiros (b)	-15.988,20	-5.539,33	-4.045,72	-8.563,21
<b>Resultados Correntes (a+b)</b>	<b>501.754,17</b>	<b>817.530,88</b>	<b>224.833,91</b>	<b>90.360,40</b>
Resultados Extraordinários (c)	0,00	963,77	-78,97	4.193,98
<b>Resultados Líquido do Exercício (a+b+c)</b>	<b>501.754,17</b>	<b>818.494,65</b>	<b>224.754,94</b>	<b>94.554,38</b>

Os resultados líquidos verificados no exercício, apresentam um valor positivo de 94.554,38€, a transitar para o ano seguinte.

### Evolução dos Resultados Líquidos



## V.2 - COMPONENTE FINANCEIRA

### A – Ativo

Anos	2015 (€)		2016 (€)		2017 (€)		2018 (€)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>ACTIVO</b>								
<b>Imobilizado</b>								
Bens do Domínio Público	0,00	0,00%	318.329,55	11,74%	644.418,89	22,00%	721.119,28	23,71%
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,0%	3.250,49	0,12%	1.625,25	0,06%	0,00	0,00%
Imobilizações corpóreas	454.260,01	23,59%	585.702,45	21,61%	677.844,10	23,15%	712.409,34	23,42%
Investimentos Financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
<b>Circulante</b>								
Existências	0,00	0,0%	5.697,55	0,21	2.699,70	0,1%	4.030,17	0,13%

Dívidas de Terceiros - Médio L. Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	25.685,69	1,33%	76.827,02	2,83%	46.533,31	1,58%	8.550,41	0,28%
Títulos Negociáveis	5.111,02	0,27%	5.111,02	0,19%	0,00	0,19%	0,00	0,00%
Depósitos em Inst. Financeiras e Caixa	1.408.637,25	73,15%	1.683.753,42	62,12%	1.527.371,74	62,15%	1.595.583,04	52,45%
Acréscimos e Diferimentos	31.857,66	1,66%	31.827,78	1,18%	28.165,93	0,96%	294,88	0,01%
<b>Total do Activo</b>	<b>1.925.551,63</b>	<b>100</b>	<b>2.710.499,28</b>	<b>100</b>	<b>2.928.658,92</b>	<b>100</b>	<b>3.041.987,12</b>	<b>100</b>

## B - Fundos Próprios e Passivo

Anos	2015 (€)		2016 (€)		2017 (€)		2018 (€)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>								
Património	960.858,24	49,90%	960.858,24	35,45%	960.858,24	32,81%	874.913,85	29,09%
Reservas Legais	41.006,82	0,0%	66.094,53	1,51%	107.019,26	2,26%	118.257,01	3,89%
Resultados Transitados	210.152,87	-30,59%	686.819,33	7,75%	1.464.389,25	23,45%	1.677.906,44	54,82%
Resultado Líquido Exercício	501.754,17	43,63%	818.494,65	18,51%	224.754,94	27,95%	94.554,38	3,11%
<b>PASSIVO</b>								
Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Provisões para Cobranças Duvidosas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Dívidas a Terceiros - Médio L. Prazos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	24.772,05	1,25%	22.745,95	0,91%	31.752,98	0,78%	24.833,36	0,82%
Acréscimos e diferimentos	187.007,48	7,96%	155.486,58	6,90%	139.884,25	5,31%	251.522,08	8,27%
<b>Total Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>1.925.551,63</b>	<b>100</b>	<b>2.710.499,28</b>	<b>100</b>	<b>2.928.658,92</b>	<b>100</b>	<b>3.041.987,12</b>	<b>100</b>

## VII – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### NOTA INTRODUTÓRIA

As Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados integram os Anexos às Demonstrações Financeiras e são apresentadas nos termos do ponto 2.4 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), com o objetivo de *“facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras, ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo”*.

Nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 foi ainda tido em conta o pressuposto da continuidade das operações e os princípios previstos no ponto 3.2 do POCAL, nomeadamente do custo histórico, da prudência, da consistência, da especialização do exercício, da materialidade e da não compensação.

### 8.2.1 – Derrogações do POCAL

Não existem dados para o apuramento de valores relativos a obras por administração direta.

A Freguesia continua a utilizar a classificação orgânica para apurar os gastos das atividades.

### 8.2.2 – Comparabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados

Esta Freguesia foi criada em Outubro de 2013, com a agregação das Freguesias da Graça, São Vicente de Fora e Santa Engrácia, não dispondo de dados comparáveis desse ano, resultando apenas em movimentos de custos e proveitos no regime simplificado, com dados do último trimestre de 2013.

Porém, a partir do ano de 2014, essa comparabilidade já é possível fazer, pelo que, se apresenta os respetivos dados.

### 8.2.3 – Critérios valorimétrico

#### A) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado foi valorizado nos termos do POCAL e do CIBE, ao custo de aquisição, acrescido de eventuais despesas com a sua aquisição.

Como critério valorimétrico na contabilização dos bens adquiridos durante este exercício, foi utilizado o valor de aquisição.

O método adotado para o cálculo das amortizações foi o das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, que instituiu o CIBE

#### B) INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não existem investimentos financeiros.

#### C) CIRCULANTE

Nada a referir.

#### D) DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam. e que se passa a referir:

a) Como dívida de terceiros, a verba de 1.616,61 €, proveniente de:

a.1) – Clientes diversos no valor de 1.616,61€

b) Como dívidas a terceiros, a verba de 24.833,36€, proveniente de:

b.1) – Estado e outros entes públicos o valor de 23.345,55€;

b.2) – Fornecedores o valor de 939,01€;

b.3) – Outros credores o valor de 548,80€.

## E) DISPONIBILIDADES

Os depósitos em instituições financeiras e os montantes constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos à ordem e de depósitos a prazo. Todas as importâncias estão tituladas em moeda "Euro" e pelo seu valor facial.

## H) PROVISÕES

Nada a referir.

## I) – ESPECIALIZAÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS DO EXERCÍCIO

### Explicitação dos movimentos ocorridos nas contas de Acréscimos e Diferimentos

**I-a) ACRÉSCIMOS DE CUSTOS** (conta 273): custo ainda não documentados mas que se devem incluir nas demonstrações financeiras do exercício (custos a incluir na Demonstração de Resultados; passivo a incluir no Balanço).

MAPA DE LANÇAMENTOS EM ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Des			
crição dos Custos	Conta Custos Acrescida	Acréscimos de Custos	Euros
Remunerações a liquidar - Órgão Autárquico	6411	2732	3.357,36
Remunerações a liquidar - Pessoal	64211	2732	26.232,27
Remunerações a liquidar - Pessoal	642121	2732	57.098,21
Subsídio de Férias	64213	2732	83.330,88
		<b>Sub-Total</b>	170.018,72
Encargos com Férias - CGA	6452	2732	12.460,33
Encargos com Férias - IGFSS	6453	2732	27.121,84
		<b>Sub-Total</b>	39.582,17
<b>TOTAL</b>			209.600,89

MAPA DE LANÇAMENTOS EM ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Descrição dos Custos	Conta Custos Acrescida	Acréscimos de Custos	Euros
Consumo de Água	62213	2739	3.983,07
Consumo de Eletricidade	62211	2739	12.599,63
Consumo de Gás	6221231	2739	3.943,32
Comunicações Fixas e Móveis	62222	2739	1.063,50
Rodrigues Sacramento, SROC, Lda-Revisão Contas 2018	62236	2739	5.996,25
Encargos C.G.A.	6452	2739	3.325,77
Encargos Seg Social	6453	2739	10.494,77
Encargos Serv. Soc. CML - SNS	6451	2739	514,88
<b>TOTAL</b>			<b>41.921,19</b>

**I-b) CUSTOS DIFERIDOS** (conta 272): custo ainda não documentados mas que se devem incluir nas demonstrações financeiras do exercício (custos a incluir na Demonstração de Resultados; ativo a incluir no Balanço).

MAPA DE LANÇAMENTOS EM ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Descrição dos Custos Diferidos	Acréscimos de proveitos	Conta de Custos	Euros
Renda	62219	2729	0.00
Seguros A. Pessoais	62223	2729	0.00
Seguros MR	62223	2729	0.00
Seguros AT	646	2729	0.00
<b>TOTAL</b>			<b>0.00</b>

**I-c) ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS** (conta 271): proveitos ainda não documentados mas incluídos na Demonstração de Resultados, ativo a incluir no Balanço:

MAPA DE LANÇAMENTOS EM ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Descrição dos Proveitos	Acréscimos de proveitos	Conta de proveitos	Euros
IMI	2719	72121	294.88
<b>TOTAL</b>			<b>294.88</b>

I-d) **PROVEITOS DIFERIDOS** (conta 274): receitas que só devem ser considerados proveitos à medida que ocorrerem os respetivos custos, passivo no Balanço e proveitos na Demonstração de Resultados, na proporção em que ocorrem os custos.

(sem movimento).

**8.2.4 Cotações utilizadas na conversão para euros das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originalmente expressas em moeda estrangeira.**

Nada a assinalar

**8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:**

Nada a assinalar

- Por critérios valorimétricos diferentes dos estipulados no POCAL;

Nada a assinalar

- Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;

Nada a assinalar

- Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Nada a assinalar

**8.2.6 Comentários às contas 431 – «Despesas de instalação» e 432 – «Despesas de investigação e desenvolvimento».**

Nada a assinalar

**8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço e nas respetivas amortizações e provisões.**

Junta de Freguesia de São Vicente

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Ano: 2018

Unidade Euros

Rúbricas	Saldo Inicial	Reaval/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo Final
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	0,00							
Edifícios	0,00							



## Junta de Freguesia de São Vicente

## Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Ano: 2018

Unidade Euros

Rúbricas	Saldo Inicial	Reaval/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo Final
Outras construções e infra-estruturas	0,00							
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00							
Outros bens de domínio público	577.799,27	0,00	192.718,51	1.014,75	0,00	0,00	0,00	769.503,03
Imobilizações em curso	21.078,10	0,00	0,00	0,00	0,00	21.078,10	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	59.827,20	0,00	9.092,94	0,00	0,00	0,00	0,00	68.920,14
<b>Total</b>	<b>658.704,57</b>	<b>0,00</b>	<b>201.811,45</b>	<b>1.014,75</b>	<b>0,00</b>	<b>21.078,10</b>	<b>0,00</b>	<b>838.423,17</b>
<b>De Imobilizações incorpóreas</b>	<b>0,00</b>							
Despesas de instalação	0,00							
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00							
Propriedade industrial e outros direitos	4.875,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.875,73
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.875,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.875,73</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>	<b>0,00</b>							
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.037.035,39	0,00	45.868,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082.903,66
Equipamento básico	43.453,76	0,00	0,00	227,05	0,00	0,00	0,00	38.181,16
Equipamento de transporte	53.505,04	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.505,04
Ferramentas e utensílios	16.999,24	0,00	3.118,67	2.200,14	0,00	0,00	0,00	17.917,77
Equipamento administrativo	155.583,81	0,00	110.389,96	5.730,89	0,00	0,00	0,00	260.243,06
Taras e vasilhame	0,00							
Outras imobilizações corpóreas	106.459,04	0,00	28.049,94	457,99	0,00	0,00	0,00	139.096,54
Imobilizações em curso	0,00							
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.413.036,28</b>	<b>0,00</b>	<b>209.426,84</b>	<b>8.615,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.613.847,25</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>	<b>0,00</b>							
Partes de capital	0,00							
Obrigações e títulos de participação	0,00							
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais	0,00							
Edifícios e outras construções	0,00							
Outras aplicações financeiras								
Depósitos em instituições financeiras	0,00							
Títulos de dívida pública	0,00							
Outros títulos	0,00							
Imobilizações em curso	0,00							
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00							
<b>Total</b>	<b>0,00</b>							<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.076.616,58</b>	<b>0,00</b>	<b>411.238,29</b>	<b>9.630,62</b>	<b>0,00</b>	<b>21.078,10</b>	<b>0,00</b>	<b>2.457.146,16</b>

## Bens do Domínio Público:

- Foram efetuadas transferências de obras em curso para bens do domínio público no valor de 76.463,58€.

Junta de Freguesia de São Vicente					
Ano: 2018		Amortizações e Provisões		Unidade: Euros	
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De Bens de domínio público</b>	<b>485</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Terrenos e recursos naturais</b>	<b>4851</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Edifícios</b>	<b>4852</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras construções e infra-estruturas</b>	<b>4853</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Bens do património histórico, artístico e cultural</b>	<b>4855</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros bens de domínio público</b>	<b>4859</b>	<b>14.285,68</b>	<b>104.032,96</b>	<b>1.014,75</b>	<b>117303,89</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>14.285,68</b>	<b>104.032,96</b>	<b>1.014,75</b>	<b>117.303,89</b>
<b>De Imobilizações incorpóreas</b>	<b>483</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesas de instalação</b>	<b>4831</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesas de investigação e desenvolvimento</b>	<b>4832</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Propriedade industrial e outros direitos</b>	<b>4833</b>	<b>3.250,48</b>	<b>1.625,25</b>	<b>0,00</b>	<b>4.875,73</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>3.250,48</b>	<b>1.625,25</b>	<b>0,00</b>	<b>4.875,73</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>	<b>482</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Terrenos e recursos naturais</b>	<b>4821</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>
<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>4822</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Edifícios</b>	<b>48221</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras construções</b>	<b>48222</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Equipamento básico</b>	<b>4823</b>	<b>28.315,12</b>	<b>6.982,38</b>	<b>0,00</b>	<b>35297,50</b>
<b>Equipamento de transporte</b>	<b>4824</b>	<b>14.929,40</b>	<b>8.426,20</b>	<b>0,00</b>	<b>23.355,60</b>
<b>Ferramentas e utensílios</b>	<b>4825</b>	<b>12.002,34</b>	<b>1.097,44</b>	<b>0,00</b>	<b>13.099,78</b>
<b>Equipamento administrativo</b>	<b>4826</b>	<b>75.886,41</b>	<b>48.759,78</b>	<b>0,00</b>	<b>124.646,19</b>
<b>Taras e vasilhame</b>	<b>4827</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras imobilizações corpóreas</b>	<b>4829</b>	<b>31.644,02</b>	<b>35.411,82</b>	<b>0,00</b>	<b>67.055,84</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>162.777,29</b>	<b>100.677,62</b>	<b>0,00</b>	<b>263.454,91</b>
<b>De Investimentos em imóveis</b>	<b>481</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Terrenos e recursos naturais</b>	<b>4811</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Edifícios e outras construções:</b>	<b>4812</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Edifícios</b>	<b>48121</b>	<b>501.563,52</b>	<b>4.258,50</b>	<b>0,00</b>	<b>505.822,02</b>
<b>Outras construções</b>	<b>48122</b>	<b>70.851,37</b>	<b>61.309,61</b>	<b>0,00</b>	<b>132.160,98</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>572.414,89</b>	<b>65.568,11</b>	<b>0,00</b>	<b>637.983,00</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>	<b>49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Partes de capital</b>	<b>491</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Depósitos em instituições financeiras</b>	<b>4951</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Títulos de dívida pública</b>	<b>4952</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros títulos</b>	<b>4953</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>752.728,34</b>	<b>271.903,94</b>	<b>1.014,75</b>	<b>1.023.617,53</b>

- Aquisições em 2018 – 390.160,19€

### **8.2.8 Desagregação dos mapas do ativo bruto e das amortizações e provisões apresentados.**

Dada a extensão dos mapas, estes são apresentados em fascículo "Inventário de bens, direitos e obrigações".

### **8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Nada a assinalar

### **8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.**

Nada a assinalar

### **8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações**

Nada a assinalar

### **8.2.12 Imobilizações corpóreas em poder de terceiros e implantadas em propriedade alheia**

Nada a assinalar

### **8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira**

Nada a assinalar

### **8.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

Existem bens móveis inseridos no inventário inicial, que pela sua idade e pelo seu estado de uso, foi impossível de avaliá-los pelo custo de aquisição ou por critérios técnicos. Por esse motivo foi-lhes atribuído valor zero.

### **8.2.15 Identificações dos bens do domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.**

Instalação de equipamentos, construções e requalificação do espaço público no total de 411.238,29€, conforme registo em fichas de cadastro, 4772, 4791, 4812, 4965, 4966, 4967, 5060, 5063, 5064, 5065, 5075, 5197, 5212, 5213, 5246, 5288, 5292, 5295, 5301, 5335, 5336, 5337 e 5349.

### **8.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.**

Nada a assinalar

### **8.2.17 Indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores dos elementos incluídos nas contas de «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»**

Nada a assinalar

**8.2.18** Indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de balanço dos elementos incluídos nas contas de «Outras aplicações financeiras»

Nada a assinalar

**8.2.19** Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com critérios valorimétricos adotados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Nada a assinalar

**8.2.20** Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Nada a assinalar

**8.2.21** Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Nada a assinalar

**8.2.22** Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.

Nada a assinalar

**8.2.23** Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia.

Nada a assinalar

**8.2.24** Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Nada a assinalar

**8.2.25** Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Nada a assinalar

**8.2.26** Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Nada a assinalar

**8.2.27** Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício.

Nada a assinalar

**8.2.28 Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.**

Junta de Freguesia de São Vicente					
ANO 2017					
RUBRICAS		SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
<b>Fundos Próprios</b>					
51	Património	960 858,24			874 913,85
591	Resultados Transitados de 2017	1 464 389,25	213 517,19		1 677 906,44

Relativamente ao património, foram efetuadas depreciações patrimoniais relativas ao período até 2017 no montante de 85.944,39€, o que deu origem a uma redução no património no valor de 960.858,24€ para 874.913,85€.

**8.2.30 Demonstração da variação da produção.**

Nada a assinalar

**8.2.31.a) Demonstração dos resultados operacionais**

Demonstração de Resultados Operacionais							
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
61	Custo das mercadorias vendidas	2.699,70	18.971,25	7111	Venda de mercadorias	0,00	0,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos	1.743.530,53	1.795.539,11	7112+7113	Venda de produtos		0,00
641+642	Remunerações do Pessoal	913.086,35	830.615,30	712	Prestações de serviços	7.431,48	178.114,78
643 a 648	Encargos Sociais	312.365,54	250.593,08	713	Rendas e alugueres	0,00	0,00
63	Transf. e subsídios correntes concedidos	115.643,16	139.010,43	715	Reembolsos de vendas e prest. Serviços	0,00	0,00
66	Amortizações do exercício	194.575,42	85.587,95	716	Anulação de vendas e prest. Serviços	0,00	0,00
67	Provisões do exercício	0,00	0,00	72	Taxas	77.664,81	69.229,16
65	Outros custos e perdas operacionais	1.229,23	1.473,11	75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
				73	Proveitos suplementares	33.590,15	28.593,74
				74	Transferências e subsídios obtidos	2.830.237,29	2.856.171,50
				76	Outros proveitos e ganhos	433.129,81	218.560,68
	<b>Total de Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>3.283.129,93</b>	<b>3.121.790,23</b>		<b>Total de proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>3.382.053,54</b>	<b>3.350.669,86</b>
	<b>Resultados Operacionais</b>	<b>98.923,61</b>	<b>228.879,63</b>				

CARLOS ALBERTO GONÇALVES DE SOUSA

Assin.: 

(Membro nº 18540 da CTCC - Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas)

---

# **BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

## BALANÇO

Data: 25-04-2019

Ano: 2018

(unidade EUR)



dezembro

Códigos das contas POCAL	ACTIVO	Exercício			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado:</b>				
	<b>Bens de domínio público:</b>				
451					
452					
453					
455	bens de patrimonio historico, artistico e cultural				
459	outros bens de dominio publico	769 503,03	117.303,89	652 199,14	563 513,59
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público				21 078,10
446	Adiantamento por conta de bens de domínio Público	68 920,14		68 920,14	59 827,20
		838 423,17	117.303,89	721 119,28	644 418,89
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431					
432					
433	Propriedade indust. e outros direitos	4 875,73	4.875,73		1 625,25
443					
449					
		4 875,73	4.875,73		1 625,25
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	1 082 903,66	637.983,00	444 920,66	464 620,50
423	Equipamento Básico	38 181,16	35.297,50	2 883,66	15 138,64
424	Equipamento de transporte	75 505,04	23.355,60	52 149,44	38 575,64
425	Ferramentas e utensílios	17 917,77	13.099,78	4 817,99	4 996,90
426	Equipamento administrativo	260 243,08	124.646,19	135 596,89	79 697,40
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	139 096,54	67.055,84	72 040,70	74 815,02
442					
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		1 613 847,25	901.437,91	712 409,34	677 844,10
	<b>Investimentos Financeiros:</b>				
411	Partes de Capital				
412					
414	Investimentos em Imóveis				
415					
441					
447					
	<b>Circulante:</b>				
	<b>Existências:</b>				
36					
35					
34					
33					
32	Mercadorias	4 030,17		4 030,17	2 699,70
37					
		4 030,17		4 030,17	2 699,70
	<b>Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto Prazo:</b>				
28					
211	Clientes, c/c	8 544,41		8 544,41	1 616,61
212	Contribuintes, c/c	6,00		6,00	

BALANÇO

Data: 25-04-2019

Ano: 2018

(unidade EUR)

dezembro

Códigos das contas POCAL	ACTIVO	Exercício			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contrib. e utentes de cobr.duvidosa				
24	Estado e outros entes públicos				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores				44 916,70
		8 550,41		8 550,41	46 533,31
	<b>Títulos negociáveis:</b>				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	<b>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</b>				
11	Caixa	358,10		358,10	317,53
12	Depósitos em instituições financeiras	1 595 224,94		1 595 224,94	1 527 054,21
		1 595 583,04		1 595 583,04	1 527 371,74
	<b>Acréscimos de proveitos:</b>				
271	Acrescimos de proveitos	294,88		294,88	460,74
272	Custos diferidos				27 705,19
		294,88		294,88	28 165,93
	<b>Total amortizações.....</b>		1.023.617,53		
	<b>Total de provisões.....</b>		0,00		
	<b>Total do activo.....</b>	4 065 604,65	1.023.617,53	3 041 987,12	2 928 658,92



## BALANÇO

Data: 25-04-2019

Ano: 2018

(unidade EUR)

dezembro

Códigos das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2018	2017
	<b>Fundos próprios:</b>		
51	Património	874 913,85	960 858,24
55			
56			
		874 913,85	960 858,24
	<b>Reservas:</b>		
571	Reservas Legais	118 257,01	107 019,26
572			
573			
574			
575			
576			
577			
59	Resultados transitados	1 677 906,44	1 464 389,25
	<b>Total das Reservas + Fundos Próprios</b>	<b>2.671.077,30</b>	<b>2.532.266,75</b>
88	Resultado líquido do exercício	94 554,38	224 754,94
	<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>2.765.631,68</b>	<b>2.757.021,69</b>
	<b>Passivo:</b>		
292			
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo Prazo:</b>		
2312	De médio e longo prazo		
	<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo:</b>		
2311	De curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	939,01	9 330,71
228	Fornecedores-Facturas em recepção e conf.		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contrib. e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		
2612			
24	Estado e outros entes públicos	23 345,55	21 833,03
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	548,80	589,24
		24 833,36	31 752,98
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
273	Acrescimos de custos	251 522,08	139 884,25
274	Proveitos diferidos		
		251 522,08	139 884,25

FREGUESIA DE SÃO VICENTE

BALANÇO

Data: 25-04-2019

Ano: 2018

(unidade EUR)

dezembro

Códigos das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2018	2017
	Total do passivo	276 355,44	171 637,23
	Total dos fundos próprios e do passivo	3 041 987,12	2 928 658,92

ORGÃO EXECUTIVO

---

ORGÃO DELIBERATIVO

---

CARLOS ALBERTO GONÇALVES DE SOUSA

Assin.: 

(Membro nº 18540 da CTDC - Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas)

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Ano: 2018

(unidade EUR)

Códigos das contas POCAL	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2018		2017	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custos mercadorias vendidas e mat.consumidas	2 699,70		18 971,25	
62	Fornecimentos e serviços terceiros	1 743 530,53		1 795 539,11	
641 + 642	Remunerações	913 086,35		830 615,30	
643 a 648	Encargos Sociais	312 365,54	2 971 682,12	250 593,08	2 895 718,74
63	Transf.subsídios correntes concedidos e prest		115 643,16		139 010,43
66	Amortizações do exercício	194 575,42		85 587,95	
67	Provisões do exercício		194 575,42		85 587,95
65	Outros custos e perdas operacionais (A)		1 229,23		1 473,11
68	Custos e perdas financeiras (C)		3 283 129,93		3 121 790,23
			8 563,21		4 526,30
			3 291 693,14		3 126 316,53
69	Custos e perdas extraordinárias (E)		3 291 693,14		5 111,02
88	Resultado líquido do exercício		94 554,38		224 754,94
			3 386 247,52		3 356 182,49
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
	Vendas e prestações de Serviços:				
7111	Mercadorias				
7112+7113	Vendas de Produtos				
7114					
712	Prestações de Serviços	7 431,48	7 431,48	178 114,78	178 114,78
72	Impostos e Taxas		77 664,81		69 229,16
(a)	Varição da Produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		33 590,15		28 593,74
74	Transferências e subsídios obtidos		2 830 237,29		2 856 171,50
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)		433 129,81		218 560,68
			3 382 053,54		3 350 669,86
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)				480,58
			3 382 053,54		3 351 150,44
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)		4 193,98		5 032,05
			3 386 247,52		3 356 182,49

**Resumo:**

Resultados Operacionais (B) - (A)	98 923,61
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)	-8 563,21
Resultados Correntes (D) - (C)	90 360,40
Resultado líquido do exercício (F) - (E)	94 554,38

ORGÃO EXECUTIVO

---

ORGÃO DELIBERATIVO

---

\*Apuramento de Resultados não realizado

CARLOS ALBERTO GONÇALVES DE SOUSA

Assin.: 

(Membro nº 15545 do CTOC - Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas)